

Fact Sheet

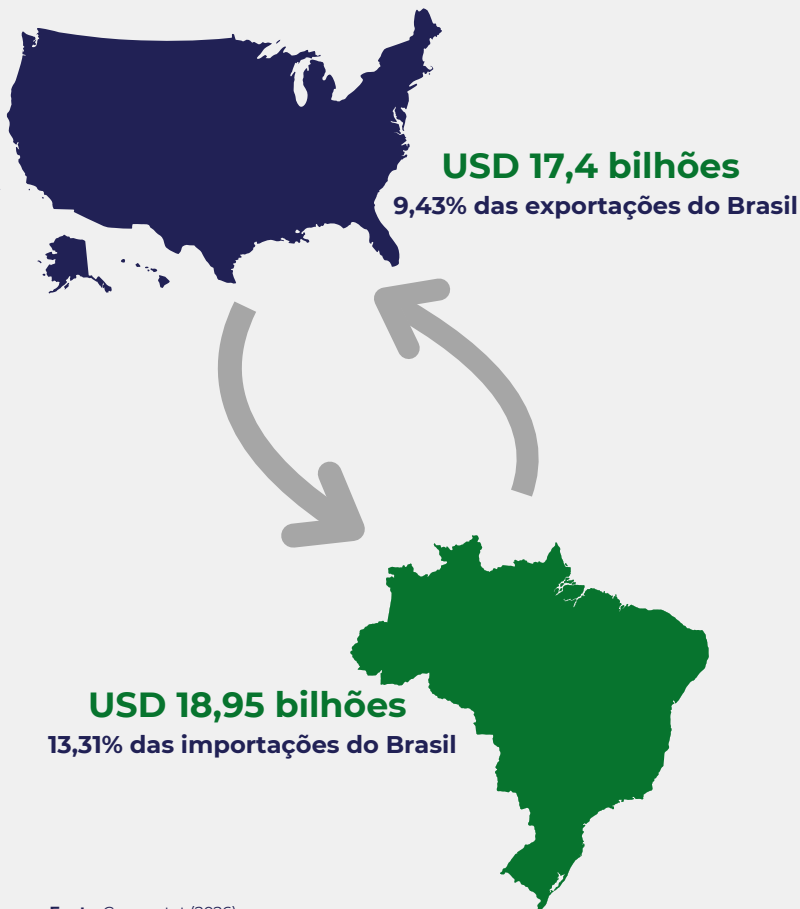
Brasil-Estados Unidos

USTR 301 e a imposição de novas tarifas comerciais

CEBRI

Comércio de Bens Brasil-EUA

- Embora as **exportações brasileiras tenham crescido 11,5%** em 2026.1, a **participação dos EUA nesse total caiu de 12,08% (2025.1) para 9,43% (2026.1)**.
- A **corrente de comércio bilateral também recuou 12,76%** em relação ao primeiro semestre do ano passado.
- O Brasil também importou menos dos EUA. **Os produtos americanos recuaram de 15,98% para 13,3% na nossa pauta de importação.**
- Mesmo com as quedas mencionadas, os EUA continuam ocupando o terceiro lugar dentre as correntes de comércio brasileiras. **Foram U\$ 36,38 bilhões** no primeiro semestre de 2026, que representam **11,1% de nossas trocas comerciais com o mundo.**

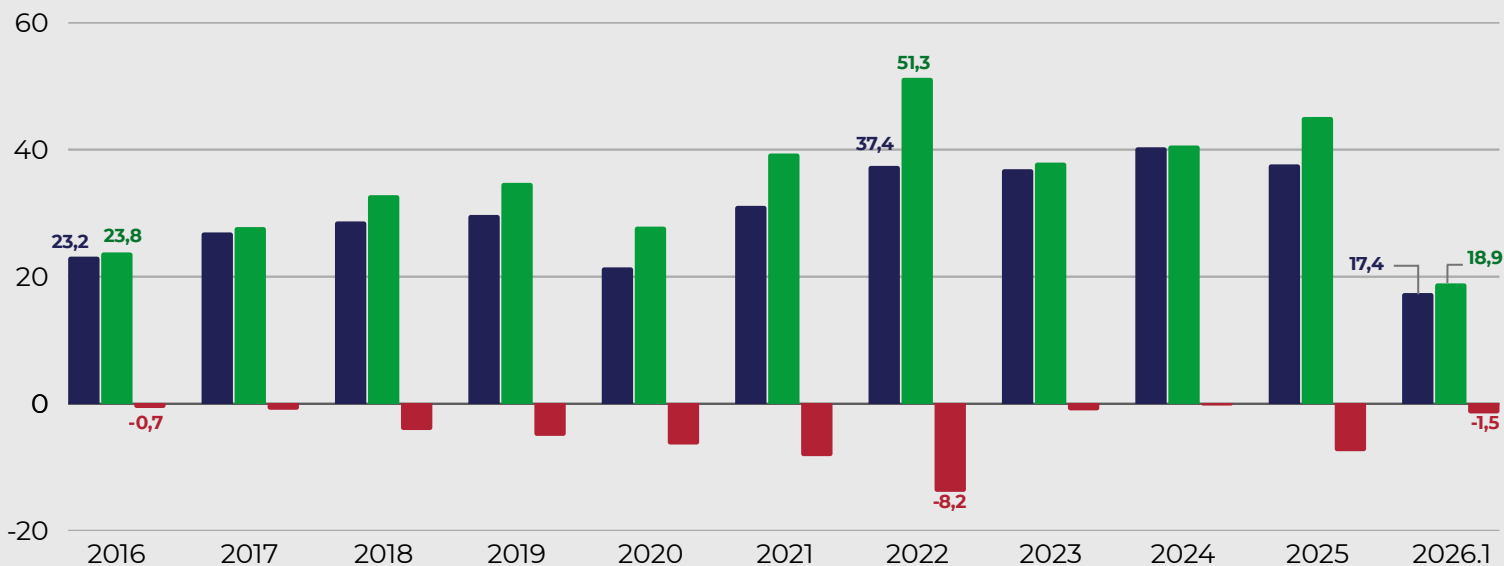


Fonte: Comexstat (2026).

*Esse valor se refere ao período de janeiro a junho de 2026.

Balança Comercial Brasil-UE 2016–2026.1 (em bilhões de USD)

● Exportações ● Importações ● Saldo da balança comercial



Fontes: Comexstat, 2026.

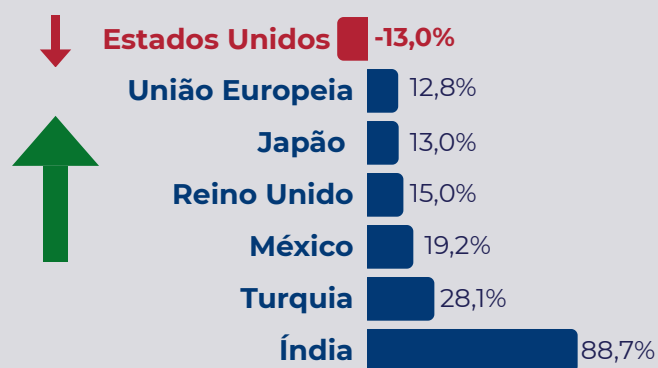
Nota: Este fact sheet foi elaborado utilizando apenas dados relacionados ao comércio internacional de bens, não incluindo comércio de serviços.

Highlights da Balança Comercial Brasileira em 2026.1

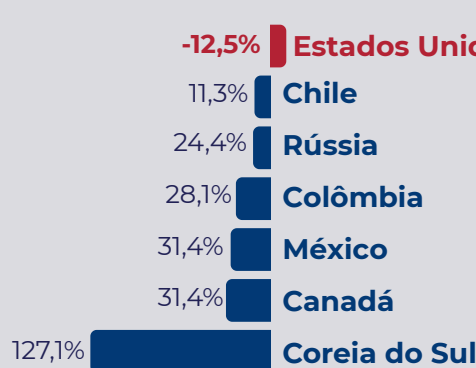
- **EUA abaixo de 10%:** participação nas exportações brasileiras caiu de 11,98% para 9,43%.
- **União Europeia ganha espaço:** exportações cresceram 12,78%, reforçando sua posição como segundo principal parceiro comercial do Brasil.
- **México e Canadá avançam:** exportações para o México cresceram 19,24%, enquanto o comércio com o Canadá registrou forte expansão, especialmente nas importações (+31,39%) ainda que o total seja baixo em valores absolutos.
- **Coreia do Sul lidera na Ásia:** importações cresceram 127,07%, sinalizando o fortalecimento das relações econômicas com as economias asiáticas.
- **ASEAN se aproxima do Mercosul:** a corrente de comércio atingiu US\$ 18,27 bilhões, reduzindo a diferença em relação ao bloco sul-americano.
- **Concentração permanece:** cinco produtos responderam por mais de 90% do crescimento das exportações brasileiras no semestre. São eles petróleo e derivados, soja, carne bovina, minério de cobre e ouro.

Variações nas relações comerciais brasileiras 2025-2026 (%)

Exportações



Importações



Fonte: ComexStat (2026).

Diversificando Parceiros com Acordos Comerciais



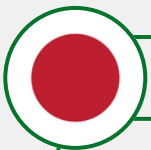
Canadá

As negociações entre Mercosul e Canadá, retomadas em 2025, ganharam impulso em meio às tensões comerciais com os Estados Unidos. O Canadá tem grandes expectativas, especialmente considerando o acesso ao mercado de US\$ 4,5 trilhões do Mercosul. As negociações buscam contemplar todos os setores da economia, com destaque para a agricultura.



Vietnã

O comércio bilateral entre Brasil e Vietnã alcançou US\$ 4,22 bilhões, crescimento de 16,8% em relação ao ano anterior demonstrando forte potencial. Recentemente, foi anunciado o início das negociações de um Acordo de Comércio Preferencial (PTA) entre o Vietnã e o Mercosul com potencial para ampliar o comércio e os investimentos entre a América do Sul e o Sudeste Asiático.



Japão

O Mercosul e o Japão lançaram as negociações para um acordo de parceria econômica que poderá criar uma área de livre comércio com PIB combinado de US\$ 7 trilhões e um mercado de aproximadamente 400 milhões de consumidores. O Japão, quarta maior economia do mundo, já figura entre os dez principais parceiros comerciais do Mercosul, com uma corrente de comércio de US\$ 13,7 bilhões em 2025.



EFTA

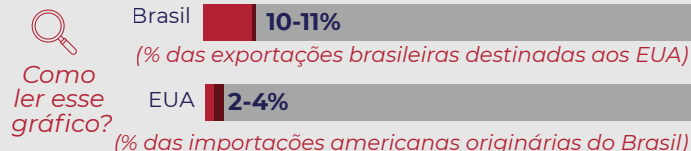
O acordo entre Mercosul e EFTA, que deve entrar em vigor até dezembro, prevê a liberalização de cerca de 97% do comércio entre os blocos. O EFTA eliminará imediatamente as tarifas sobre produtos industriais e pesqueiros, beneficiando 99% das exportações brasileiras destinadas ao bloco, enquanto o Mercosul reduzirá tarifas de forma gradual, em prazos de 4 a 15 anos. Com o tratado, espera-se atrair cerca de R\$ 660 milhões em novos investimentos para o Brasil.

Os impactos da investigação da USTR (Seção 301)

- No dia 15/07, foi anunciado um **novo pacote de tarifas dos EUA a produtos brasileiros**, como resultado da investigação da **Seção 301** do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR). **62% das exportações brasileiras para os EUA (2.126 produtos) ficaram isentas** da tarifa adicional de 25%. Apesar das isenções, permanece uma **ampla lista de produtos sujeitos à tarifa adicional de 25%**.
- Além disso, segue em curso outra investigação do USTR que poderá impor uma tarifa adicional de 12,5% ao Brasil e a outras 59 economias, sob alegações relacionadas ao uso de bens produzidos com trabalho forçado (Seção 301b). Em certos produtos, **as decisões podem se sobrepor levando a tarifas de 37,5%**, o que colocaria o Brasil na posição de 2º país mais tarifado pelos EUA, ficando apenas atrás da China.

Análise de dependência dos principais produtos exportados aos EUA

Petróleo e Derivados* ➡ US\$ 2,62 bi.



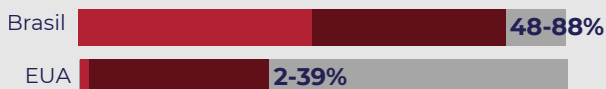
Siderurgia** ➡ US\$ 2,62 bi.



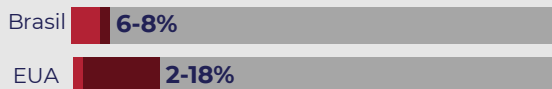
Parceiros alternativos:



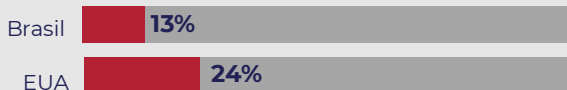
Aeronaves e espacial ➡ US\$ 1,39 bi.



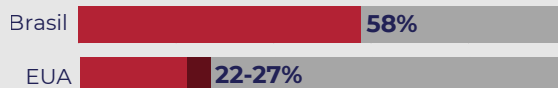
Carne Bovina ➡ US\$ 1,12 bi.



Café ➡ US\$ 766,17 mi.



Máquinas agrícolas ➡ US\$ 707,2 mi.



Parceiros alternativos:



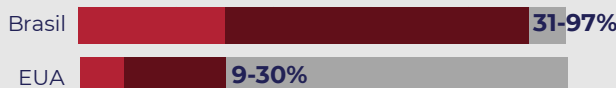
Máquinas elétricas ➡ US\$ 543,1 mi.



Parceiros alternativos:



Madeiras e Móveis ➡ US\$ 537,6 mi.



Sumo de frutas ➡ US\$ 409,6 mi.



Veículos terrestres ➡ US\$ 212,5 mi.



Parceiros alternativos:



 Predominantemente tarifado na Seção 301

 Predominantemente isento na Seção 301

 Exportações em 2026.1

 Nível de dependência em %

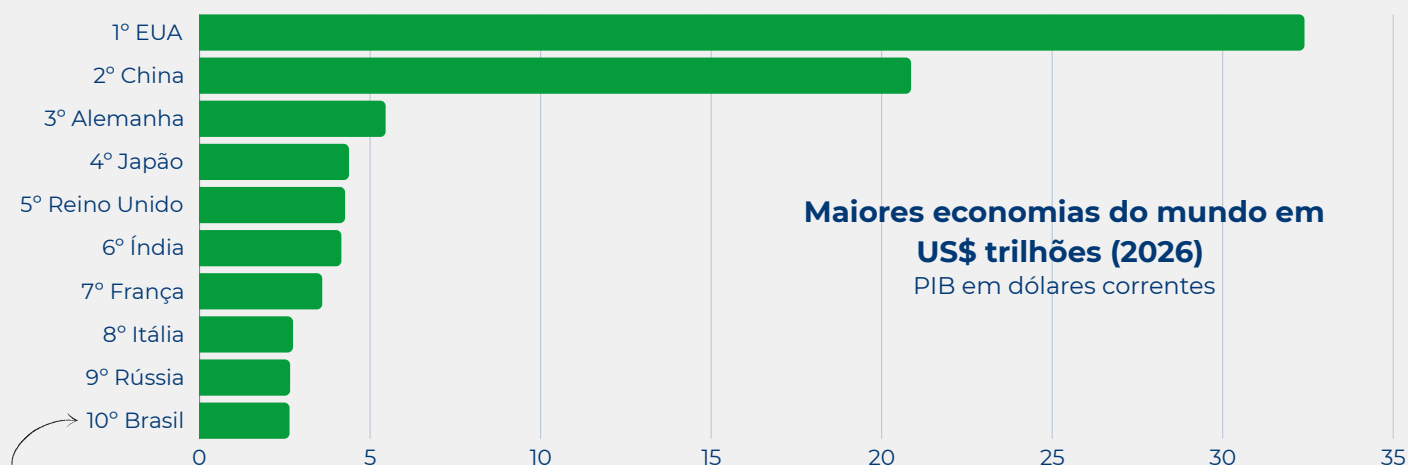
 Variação no nível de dependência em subprodutos, se houver

*Em certos derivados menos representativos na pauta exportadora, a dependência brasileira pode variar entre a 77-87%.

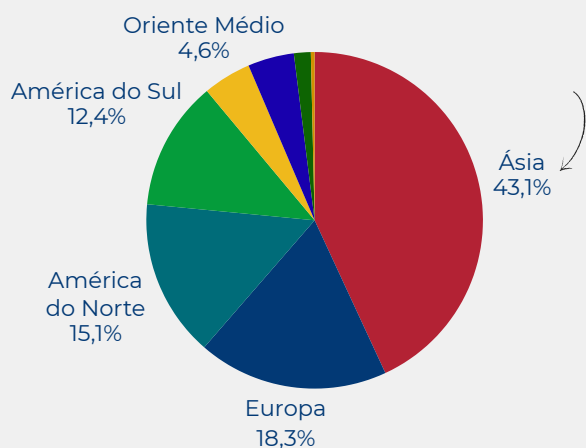
**Alguns produtos importantes da siderurgia foram isentos, como o ferro-gusa.

Fontes: ComexStat (2026), ApexBrasil (2026) e CEDEPLAR/UFMG (2026).

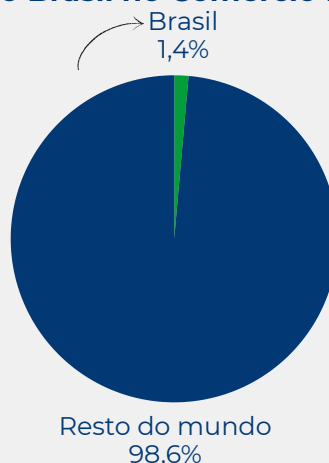
O Brasil e o Comércio Internacional: Tensões Geopolíticas e Reorganizações Geoeconômicas



Exportações Brasileiras (2025)



Participação do Brasil no Comércio Mundial (2025)



Durante décadas, a lógica da economia internacional esteve baseada na eficiência das cadeias globais de valor. Hoje, entretanto, fatores como **segurança econômica, resiliência das cadeias produtivas, estabilidade institucional e acesso a tecnologias estratégicas** passaram a orientar decisões comerciais e de investimento.



Nesse contexto, a diversificação deixa de representar apenas uma estratégia para **ampliar exportações** e passa a constituir um instrumento de **redução de vulnerabilidades econômicas**. Os resultados do primeiro semestre mostram que essa mudança começa a aparecer também nos fluxos comerciais brasileiros.



Apesar de ser a 10ª maior economia do planeta, o Brasil tem baixíssima participação no comércio mundial (apenas 1,4%). Além disso, **quase metade das exportações brasileiras têm como destino a Ásia. A China sozinha absorve quase 1/3 das nossas exportações.**



O “tarifaço” deve ser um estímulo à política comercial brasileira que vá além de vender para mais países, mas também **ampliar fontes de investimento, fortalecer parcerias tecnológicas, diversificar fornecedores e aumentar a resiliência das cadeias produtivas.**

Comentários dos Especialistas e Parceiros do CEBRI

Antônio de Souza e Silva

Conselho Consultivo - Relações Institucionais e Governamentais do CEBRI

"Diante desse cenário, o Brasil deve preservar sua tradição diplomática e manter abertos os canais de diálogo, tanto no plano técnico quanto no plano diplomático. A relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos é ampla, diversificada e construída ao longo de décadas de cooperação em áreas como comércio, ciência e tecnologia, educação, defesa e segurança. É justamente essa densidade da agenda bilateral que recomenda a continuidade do diálogo como o caminho mais adequado para superar as divergências recentes e buscar soluções mutuamente benéficas. O Brasil, em sua melhor tradição diplomática, não deve fechar esses canais, mas insistir no diálogo para superar uma decisão americana lamentável e descabida."

José Alfredo Graça Lima

Vice-Presidente do Conselho Curador do CEBRI

"A sobretaxa a ser aplicada a partir de 22 de julho corrente acaba por se constituir numa espécie de plano alternativo àquele anunciado um ano atrás e tornado ilegal pela Suprema Corte há alguns meses. Apesar de ter por base legal a seção 301 da Lei de Comércio de 1974, por si própria contrária às regras multilaterais em matéria de solução de controvérsias, não apresenta, em termos de valores, qualquer relação ou proporcionalidade entre as alegadas práticas restritivas e/ou discriminatórias e o comércio de bens cujo acesso é negado. Preserva, por outro lado, as necessidades e interesses dos agentes econômicos de ambas as partes em 82% da pauta, levando-se aí em conta a lógica econômico-comercial e a importância de conter a inflação de preços de alimentos e bens essenciais. Não há ganhos em disputas como essa, e as perdas, seja para a sociedade seja para setores alheios à disputa, só se agravam com subsídios ou retaliação."

José Pimenta

Pesquisador Sênior do CEBRI

"Os principais desdobramentos sobre o tarifaço tem duas perspectivas. O primeiro diz respeito à possibilidade de o setor produtivo brasileiro mostrar argumentos concretos para adição de seus produtos na lista de exceção. Essa possibilidade está prevista no próprio relatório final do USTR. O segundo diz respeito ao nível diplomático bilateral, e implica necessariamente na continuidade do diálogo em alto nível para a dirimção desses irritantes comerciais. Em termos de resultado, podemos estimar que pelo menos 20% das exportações serão impactadas e certamente terão redução no volume de vendas para os EUA. Uma tarifa de 25% é proibitiva, comercialmente falando, para muitos setores. Não é possível competir com outros produtos em solo americano, sejam eles vindos de outros países ou produzidos nos EUA. A perda de competitividade do produto brasileiro é automática."

José Pio Borges

Presidente do Conselho Curador do CEBRI

"O novo pacote tarifário representa um marco lamentável nas relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, mas ele encontra e acelera um processo que já estava em andamento: a reorganização da inserção comercial brasileira. Embora seja natural que o Brasil adote os instrumentos previstos em sua legislação, como a Lei da Reciprocidade, a prioridade deve ser fortalecer sua estratégia de diversificação de mercados, fornecedores e parceiros. Os dados mostram que esse movimento já está em curso, com a perda de participação dos Estados Unidos na pauta comercial brasileira e o fortalecimento das relações com Europa, América do Norte e Ásia. O endurecimento do discurso dificulta as negociações. É essencial estabelecer uma estratégia de influência política sobre o Congresso americano e sobre os setores afetados pelas tarifas. Estimular a pressão interna sobre o governo Trump tende a ser a saída mais eficiente já que o Presidente americano dá muito mais ouvidos às empresas do que aos diplomatas."

Lia Valls

Senior Fellow do CEBRI

“Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o fato de que o efeito não é tanto macroeconômico, algo que vá alterar a balança comercial brasileira, por exemplo. A expectativa é, na verdade, de efeitos microeconômicos especialmente direcionados aos setores tarifados (como de máquinas e equipamentos, de madeira e outros) e que recaem especificamente sobre as empresas. A melhor forma de responder ao tarifaço é manter um equilíbrio entre denunciar e negociar. Ainda que a OMC não esteja funcionando como se espera, é essencial denunciar essa medida unilateral e trabalhar com as pressões internas norte-americanas fazendo alianças com os setores estadunidenses que também serão impactados por essa política. Por outro lado, é importante diferenciar a defesa da soberania de retaliação. É preciso deixar claro que o Brasil está aberto à negociação, encontrando pontos de diálogo, mas resistindo a demandas inegociáveis, como é o caso do Pix.”

Sandra Rios

Senior Fellow do CEBRI

“O anúncio da decisão dos Estados Unidos de sobretaxar produtos brasileiros, com base na seção 301 da Lei de Comércio de 1974, não causa surpresa, mas reforça a percepção de que as relações econômicas bilaterais serão dominadas por incertezas e discricionariedade do lado norte-americano. Neste ambiente, a melhor estratégia que o Brasil pode adotar é buscar a diversificação de mercados externos - o que, de fato, já vem acontecendo, como mostra o Fact Sheet publicado pelo CEBRI. Atuar na promoção de exportações, na negociação de acordos preferenciais de comércio com economias de mercados domésticos relevantes e na reformulação de regulações domésticas, tornando-as mais convergentes com as normativas internacionais, é a melhor resposta que o governo brasileiro pode dar a este tarifaço. Aplicar a Lei de Reciprocidade, implementando medidas retaliatórias, pode significar um tiro no pé e dificilmente alcançará o objetivo de reverter as tarifas impostas pelo governo Trump.”

Victor do Prado

Conselheiro Consultivo Internacional do CEBRI

“As tarifas já são um fato consumado e cabe ao Brasil reagir a essa realidade. Vemos, por um lado, um grupo de opiniões que cobram reações mais fortes como as que indicam a adoção da Lei de Reciprocidade. Por outro lado, há o grupo das opiniões que apontam para encaminhamentos mais suaves, como o de persistir na negociação. O fato é que não há uma real dicotomia entre esses dois caminhos. A meu ver, é indispensável manter todos os canais abertos e reagir em todos os fronts disponíveis. É preciso agir na OMC, assim como é preciso agir bilateralmente. Na ação bilateral, é preciso ir além do diálogo com o governo federal norte-americano, explorando outros níveis, como o Congresso norte-americano por exemplo. Ainda nos EUA, é necessário agir junto ao setor privado, dialogando tanto com os importadores de produtos brasileiros quanto com aqueles que exportam para o Brasil. Mais importante ainda é que todas essas reações e diálogos sejam coordenados, parte de uma estratégia única.”